



CLIPPING



7 de
Fevereiro
2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TRANSPORTE

A 1ª Promotoria de Justiça de Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da capital participou de uma reunião virtual, para discutir o Sistema de Transporte Coletivo e Urbano de Belém para dar continuidade às tratativas para construção de acordo nos autos da Ação Civil Pública (ACP) para realização de licitação do Sistema de Transporte Coletivo. Ao longo de 2021, houve avanços, sobretudo em relação aos ajustes técnicos para cumprimento de um cronograma de ações para ajustes no Edital de Licitação. O MPPA apresentou proposta de acordo para solucionar consensualmente o litígio. A proposta foi submetida à avaliação das Procuradorias do Município e Semob.

LINHA DIRETA

Na manhã da quarta-feira na 11ª Vara Criminal de Belém, ocorre o julgamento do cabo Luiz Augusto de Almeida da Silva, que matou a tiros o cão “Lobo” no Dia de Natal de 202. O PM já foi expulso da corporação.

O Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor) emitiu nota ontem repudiando as ofensas proferidas por um investigador da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) de Parauapebas a profissionais de comunicação que faziam reportagem na manhã de sexta-feira (4).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Suspeito de homicídio em Santarém tem prisão decretada pela justiça; ele está foragido

Daniel Cardoso é o principal suspeito da morte de Zaqueu Gonçalves, no bairro Jaderlândia, no dia 14 de janeiro



Ândria Almeida

05.02.22 11h53



O crime aconteceu no bairro Jaderlândia no dia 14 de janeiro de 2022. O principal suspeito já foi identificado e teve prisão decretada. (Reprodução / Redes Sociais)

O principal suspeito de matar o jovem Zaqueu Francisco Gonçalves no dia 14 de janeiro deste ano, em [Santarém](#), teve a [prisão](#) preventiva decretada. No entanto, Daniel de Jesus Cardoso, se encontra foragido da polícia. Ele não foi encontrado nos endereços fornecidos para a justiça. De acordo com a delegada da Divisão de Homicídio de Santarém, Raissa Beleboni, o suspeito e a vítima Zaqueu Francisco Gonçalves da Silva eram conhecidos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“Ao longo das investigações nós apuramos que o autor do crime de homicídio que vitimou Zaqueu era o Daniel de Jesus Cardoso, que era irmão da mulher com quem um irmão da vítima se relacionava. Então temos uma situação de contexto familiar”, disse a delegada.

Ainda de acordo com as investigações, o motivo do crime foi uma briga ocorrida na noite de Natal entre o Zaqueu e o Daniel, após uma discussão envolvendo o irmão Zaqueu e a irmã do Daniel que mantinham, na época, um relacionamento amoroso. Em razão dessa discussão os dois chegaram a entrar em luta corporal na noite do dia 25 de dezembro gerando essa desavença, sendo, neste caso, o principal motivo do crime até o momento.

“Nós identificamos que o crime foi praticado por motivo torpe em razão da vingança de maneira premeditada e com o emprego de recurso que impossibilitou a defesa do ofendido”, enfatizou a delegada.

Ao longo das investigações foram feitas as oitivas necessárias para que fosse apurados a autoria e motivação do assassinato. Diante dos elementos apurados, foi representado ao poder judiciário a decretação preventiva do Daniel, bem como a busca e apreensão da motocicleta e roupas que foram utilizadas no dia do crime.

As buscas foram realizadas também em um outro imóvel identificado como sendo da família do suspeito para que ele fosse localizado.

Mandado de prisão pouco após oitiva com suspeito

Na manhã de sexta-feira (4), Daniel até compareceu na delegacia em outra ocasião para prestar depoimento. Acompanhado do advogado, ele ficou em silêncio. Ele não trouxe, portanto, nenhuma informação sobre o fato criminoso.

“É importante esclarecer que a oitiva do suspeito ao longo das investigações é importante para o caso, para a apuração de todas as circunstâncias. E dependendo das investigações ela acontece. Então a gente entende que gera

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

uma certa revolta na população, o fato dele ser ouvido e não ser preso. Mas é porque quando não há a prisão em flagrante a única possibilidade de prisão é através de mandado judicial”, explicou a delegada.

Relembre o caso ocorrido em 15 de janeiro

Zaqueu Francisco Gonçalves da Silva, 26, foi morto na manhã de 14 de janeiro deste ano, na rodovia estadual Santarém Curuá-Una (PA-370), bairro Jaderlândia. Câmera de segurança registrou o momento da abordagem do criminoso.

Na imagem, é possível ver duas motos, e um dos pilotos joga a motocicleta forçando a saída da outra moto para o acostamento da rodovia. Nesse momento, a vítima cai e parece querer reagir ao outro homem, mas logo sai correndo para uma parte de mata, poucos segundos depois o assassino aparece novamente no vídeo, sozinho, levanta o veículo e sai pela rodovia.

Ainda nas imagens, percebe-se que alguns motoristas de carros viram todo o crime, dois deles demonstram querer parar, mas a reação não passa disso. Pelo vídeo é possível perceber que toda ação durou 33 segundos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça nega pedido de advogadas que queriam entrar na sede da OAB-PA sem comprovante de vacinação


As autoras da ação entendem que o cidadão não estaria obrigado a tomar qualquer vacina contra a covid-19



Abílio Dantas

04.02.22 16h26



 A decisão afirma que a OAB-PA se enquadra no conceito de poder público previsto em dispositivo da Lei nº 13.979/2020 (Ivan Duarte / Arquivo O Liberal / Imagem Ilustrativa)

A Justiça Federal negou o pedido de duas advogadas para que fossem suspensos os efeitos de uma portaria da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA), que passou a exigir, como condição de ingresso às dependências da sede, a apresentação do comprovante de vacinação contra a covid-19. Para as impetrantes, a portaria seria ilegal e inconstitucional, pois violaria a liberdade de locomoção prevista em dispositivos da Constituição Federal. As autoras da ação entendem que o cidadão não estaria obrigado a tomar qualquer vacina contra a covid-19 enquanto não existir lei que o obrigue a receber compulsoriamente, sem seu expresso consentimento, a imunização.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A 5ª Vara da Justiça Federal, no entanto, argumenta na decisão que conforme a Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência internacional de saúde pública, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre outras, medidas de isolamento, quarentena, determinação de realização compulsória de vacinação e outras medidas profiláticas, uso obrigatório de máscaras de proteção individual e estudo ou investigação epidemiológica.

O Juízo entendeu que os profissionais do Direito, ainda que não estejam relacionados formalmente em dispositivos da lei, “são fundamentais para a manutenção da ordem pública e a prevalência dos direitos fundamentais, especialmente em virtude de sua indispensabilidade à administração da justiça, o fato de prestarem serviço público e exercerem função social.”

A decisão acrescenta ainda que a OAB-PA se enquadra no conceito de poder público previsto em dispositivo da Lei nº 13.979/2020, sendo seu dever a adoção de medidas para preservar a saúde e a vida de todos os profissionais a ela vinculados. Considera também que as impetrantes não apresentaram nenhuma justificativa ou impeditivo médico, como argumento que impediria a vacinação contra a covid-19, como também não demonstraram prejuízo com o atendimento remoto da Ordem. As advogadas também apontaram eventuais ilegalidades na edição da portaria que exige o comprovante de vacinação.

A reportagem solicitou nota da OAB-PA sobre o ocorrido e busca o contato das impetrantes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br